

Os determinantes do voto na eleição para prefeito do Recife em 2008

Enivaldo Carvalho da Rocha (UFPE)

Resumo: A maioria dos estudos sobre intenção de votos se limita a analisar, descritivamente, o perfil do eleitor, suas preferências eleitorais. De um modo geral esses estudos se encerram na tentativa de prever/antecipar os resultados eleitorais ou, quando muito, de encontrar razões exógenas para explicar os resultados. Esse estudo pretende dar um passo à frente, tentando identificar *quais as razões que levam o eleitor a escolher um candidato*. O estudo traz modelos de regressão logística, para cada candidato, construídos a partir de dados empíricos colhidos no período eleitoral. A metodologia aplicada é uma primeira tentativa de replicar/adaptar o modelo de Knuckey, 2007. Trata-se de um estudo quantitativo, desenvolvido a partir dos dados do Barômetro 2008, conjunto de *surveys* de opinião pública e intenção de votos realizados pelo IPESPE (Instituto de Pesquisa Social, Política e Econômica) na cidade do Recife. O *paper* conclui que os fatores determinantes do voto são: o apoio de lideranças consolidadas (avaliação retrospectiva); a variável ideologia (aqui entendida como um atalho para a coleta de informação por parte do eleitor); a influência moderada do Bolsa Família, como política pública redistributiva com forte apelo eleitoral e indutora de votos.

Palavras-chave: *Voto; Eleições 2008; Recife; Teoria da Escolha Racional; Intenção de votos.*

Introdução

O que faz um eleitor escolher um candidato? O eleitor se identifica com o ele, vota orientado por suas experiências sociais e por identidade de classe? Ou o eleitor escolhe, simplesmente, maximizando a utilidade do seu voto, ou seja, trocando-o por políticas de seu interesse?

Não há dúvidas de que são muitas as possibilidades teóricas às quais podemos recorrer quando pretendemos explicar os processos que envolvem a decisão do eleitor. Mas mesmo diante de tal diversidade conceitual, há um certo consenso de que é possível reduzir esses inúmeros enfoques naquilo que podemos considerar como as três principais *vertentes teóricas* que oferecem os principais fundamentos para explicar esse fenômeno. Esses enfoques são,

precisamente, a vertente *sociológica*, a vertente *psicossociológica* e a *Teoria da Escolha Racional*.

Cada uma delas, à sua maneira, oferece diferentes instrumentais teórico/metodológicos para o tratamento do fenômeno voto. Não nos deteremos em explicá-los exaustivamente aqui porque, ainda que isso fosse possível, esse não é o foco desse artigo¹. Isso não inviabiliza, obviamente, que façamos algumas referências aos principais postulados dessas vertentes.

A vertente sociológica tem como fundamento a idéia de que “a ação política está circunscrita aos diversos contextos sociais e por isso não pode ser considerada como uma dimensão autônoma do comportamento humano”, assim, “toda a participação política é condicionada pelo contexto social em que os indivíduos estão inseridos” (Andrade, 2006). Nesse contexto, clivagens tais como sociedades tradicionais vs sociedades modernas ou, num outro sentido, a segmentação social e a cultura política do grupo ou da classe social são os elementos sociológicos a explicar o comportamento eleitoral.

A vertente psicossociológica “utiliza conceitos de psicologia social, para a qual as atitudes são decorrentes de traços da personalidade do indivíduo, adquiridos no contexto em que foi criado e por meio de suas experiências de socialização. Desse modo, as ações dos indivíduos são condicionadas pelas experiências e respostas ao ambiente em que cresceu e não por sua origem, social” (Andrade, 2006). Nesse sentido, as predisposições individuais seriam reveladas, sobretudo, por pesquisas de opinião. A centralidade no indivíduo e a “conceituação política” desse indivíduo são os elementos centrais da teoria que explica o voto. Ser liberal ou conservador, por exemplo, tornaria possível a identificação ideológica do eleitor com seu candidato. Em última análise, o componente psicológico seria o determinante do voto.

Por fim, temos o enfoque da Teoria da Escolha Racional. Esta teoria, fortemente influenciada pelos estudos de Downs (1957), assume como postulado que os indivíduos agem intencionalmente de forma a maximizar os ganhos que podem obter. Em poucas palavras, “a ação racional é orientada a um fim, pressupõe a melhor estratégia para esse fim e busca maximizar os ganhos do indivíduo”. O eleitor, portanto, trocaria votos por políticas de seu interesse.

Este trabalho opta por analisar os dados aqui disponíveis recorrendo a uma interpretação predominantemente informada pela Teoria da Escolha

¹ Para um aprofundamento das características destas três abordagens ver: ANDRADE, Adriana Oliveira (2006). *Aplicação de um modelo logístico multinomial no estudo da decisão do voto*. Dissertação de Mestrado – IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística / ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Para outras revisões mais completas da literatura ver: Figueiredo (1991), Castro (1994) e Singer (2002)

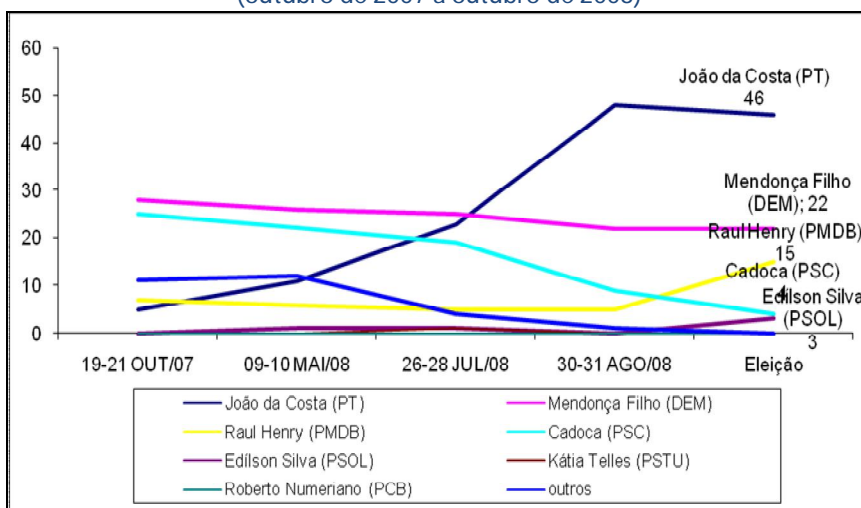
Racional. Esta decisão se justifica, decisivamente, porque os enfoques *sociológico* e *psicossociológico*, muito embora considerem estrutura e ação em dimensões diferentes, se apóiam em características duradouras do comportamento eleitoral. Em sentido contrário, a *Teoria da Escolha Racional* se afasta desses determinantes estruturais do comportamento eleitoral, focando as escolhas dos indivíduos como objeto de análise. Assim, muito embora não rejeitemos por completo os fatores estruturais do voto, nosso modelo aqui se desviará de determinantes sociológicos e psicossociológicos do comportamento do eleitor. Na verdade, não nos resta outra opção, visto que os dados coletados são eminentemente conjunturais, ou seja, relativos ao processo eleitoral. São dados exclusivamente de comportamentos de conjuntura e não de estrutura.

A trajetória da intenção de voto para prefeito do Recife de 2007 a 2008

É fácil constatar, quando se observa o gráfico 1, que o processo de escolha eleitoral no Recife foi marcado por uma profunda alteração nas preferências dos eleitores. Seguramente os dois aspectos que chamam mais atenção quando fazemos a análise da trajetória da intenção de votos para prefeito do Recife em 2008 são: (i) a trajetória pronunciadamente ascendente do candidato João da Costa e (ii) o efeito campanha sobre os demais candidatos.

Gráfico 1

Evolução da intenção de voto (pesquisa estimulada) para prefeito do Recife (outubro de 2007 a outubro de 2008)



Fonte: IPESPE 2007/2008 e TRE/PE 2008.

A simples inspeção do gráfico nos propõe uma série de perguntas interessantes. A primeira, e mais intrigante, é como explicar um crescimento tão acentuado de João da Costa e, ao mesmo tempo, como podemos explicar que na reta final ele tenha interrompido sua trajetória ascendente (perdendo 2 pontos percentuais) exatamente quando, pela tese do voto útil, deveria ter crescido.

Uma segunda, e não menos importante questão é esclarecer que aspectos da campanha determinaram, por exemplo, que o candidato Cadoca saísse de uma intenção de votos de 25% para terminar a campanha com 4%. Da mesma forma, como o candidato Raul Henry saiu de pouco mais de 7% e chegou no dia da eleição com 15%?

Para uma visualização mais completa da evolução dos votos ver a tabela 1 (abaixo) nos mostra de maneira mais detalhada esses aspectos interessantes².

Tabela 1
Evolução da intenção de voto (pesquisa estimulada) para prefeito do Recife
(outubro de 2007 a outubro de 2008)

	19-21 OUT/07	09-10 MAI/08	26-28 JUL/08	30-31 AGO/08	Eleição
João da Costa (PT)	5	11	23	48	46
Mendonça Filho (DEM)	28	26	25	22	22
Raul Henry (PMDB)	7	6	5	5	15
Cadoca (PSC)	25	22	19	9	4
Edílson Silva (PSOL)	0	1	1	0	3
Kátia Telles (PSTU)	0	0	1	0	0
Roberto Numeriano (PCB)	0	0	0	0	0
Outros	11	12	4	1	0
N / B / N	10	8	9	6	10
NS / NR	14	14	13	9	0

Fonte: IPESPE 2007/2008 e TRE/PE 2008.

² O leitor pode estar achando o resultado da tabela diferente do resultado da eleição. Na verdade essa diferença se dá porque estamos considerando aqui os 10% de votos brancos e nulos, ao passo que o resultado oficial da eleição só contabiliza os votos válidos. A título de esclarecimento, o resultado oficial da eleição foi: João da Costa (51,5%); Mendonça (24,6%); Raul Henry (16,4%); Cadoca (3,7%); Edilson Silva (3,0%); Kátia Teles (0,5%) e Roberto Numeriano (0,2%). Fonte: TRE. Nunca é demais lembrar, também, que os números no gráfico estão arredondados.

Procurando responder, pelo menos parcialmente, à questão de quais são os determinantes do voto foram rodados dois tipos de modelos estatísticos. O primeiro, um modelo *multinomial logístico*, cuja variável dependente é a *intenção de voto* (variável categórica com três opções: não definido, governo e oposição). Com este modelo procuramos responder quais os fatores que levam o eleitor a escolher entre governo e oposição. Resumindo, para efeitos analíticos, a eleição a uma escolha plebiscitária. A categoria de referência no modelo é a indecisão quanto ao voto.

O segundo, um modelo de *regressão logística*, visa analisar a escolha do voto entre candidatos. Nesse caso, a variável dependente é a *intenção de voto no candidato* (votar, não votar). Por motivos de parcimônia foram incluídos apenas os quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Os modelos foram rodados com dados coletados pelo Barômetro Pernambuco em três momentos diferentes do processo eleitoral.

Governo vs oposição: os determinantes do voto

Os dados do Barômetro 5 realizado em maior de 2008, ano pré-eleitoral, apontam para um quadro de indefinição. Naquele momento, as pesquisas de intenção de votos traziam postulantes aos cargos que ainda estavam disputando uma indicação no interior dos partidos. Portanto, as pesquisas eram feitas em termos de possíveis cenários. Entretanto, mesmo diante de tal indefinição, naquele momento já era possível ver a força de duas variáveis que estiveram presentes, de forma determinante, em todo o processo. As duas variáveis são o *apoio do prefeito João Paulo* e a *ideologia*.

A força da variável João Paulo se deve, certamente, pelos altos índices de aprovação da sua administração. No modelo da tabela 2 é possível ver que esta variável é significativa, a um nível inferior a 1%, e que a razão de chance, $\text{Exp}(B)$ indica que a probabilidade de um eleitor se decidir por votar no governo aumenta mais de três vezes (320%) se esse eleitor avalia positivamente a administração do prefeito. A mesma variável se comporta da mesma forma, mas obviamente em sentido inverso, na intenção de voto na oposição. Significativa estatisticamente a menos de 5% ela indica que a probabilidade de um candidato votar na oposição diminui 1,4 vezes (140%) se ele avalia positivamente a administração de João Paulo.

Em caráter complementar, a variável ideologia também ajuda a determinar a definição do voto. Ela funciona negativamente para o voto no governo e positivamente para o voto na oposição. Exatamente como o esperado, já que a escala vai de 1 a 10 e os valores menores são para o posicionamento à esquerda e os valores maiores para a direita. Nesse sentido, um aumento de uma unidade na variável ideologia, na escala de 1 a 10,

corresponde uma queda de 11,4% na razão de chance (odds) de o eleitor votar na oposição. Em sentido contrário, para um aumento de uma unidade na variável ideologia, na escala de 1 a 10, corresponde uma queda de 0,7% na razão de chance (odds).

As variáveis de apoio do Presidente Lula e do Governador Eduardo Campos não se apresentaram como significativas neste momento. Entretanto, os sinais da correlação do Presidente Lula são bem coerentes, já que apontam positivamente para o voto no governo e negativamente para oposição. Já o sinal das correlações do Governador Eduardo são positivos para ambos. Trata-se realmente do resultado esperado, já que o governador Eduardo não se posicionou muito claramente no início da campanha. Por outro lado, o candidato Cadoca se apresentou como candidato de Lula e de Eduardo, o que pode efetivamente ter influenciado os números aqui.

Tabela 2

Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelo de regressão multinomial logística com dados do Barômetro 5 (maio de 2008).

		B	Sig.	Exp(B)
Governo	<i>Intercept</i>	-6,299	,000	
	Administração Lula	,508	,092	1,662
	Administração Eduardo Campos	,240	,276	1,271
	Administração João Paulo	1,165	,000	3,207
	Gestão do Meio Ambiente	,153	,218	1,165
	Gestão dos Transportes	-,002	,987	,998
	Ideologia	-,014	,003	,986
		B	Sig.	Exp(B)
Oposição	<i>Intercept</i>	-2,651	,000	
	Administração Lula	-,050	,801	,951
	Administração Eduardo Campos	,317	,080	1,373
	Administração João Paulo	-,351	,035	1,421
	Gestão do Meio Ambiente	,159	,112	1,172
	Gestão dos Transportes	,025	,773	1,025
	Ideologia	-,007	,023	,993

* n= 524

** Pseudo R² = ,156 (Cox and Snell)

***Variável dependente: voto (governo; oposição; não definido). Categoria de referência: não definido.

Fonte: IPESPE

No que diz respeito à avaliação da gestão em políticas públicas específicas, tais como Meio Ambiente e Transportes, nenhuma destas se mostrou significativa na escolha do voto. Para o eleitor, ao que tudo indica, importa a avaliação mais global. Concluímos isto porque mesmo em meio a uma grave crise com o insucesso das intervenções no trânsito da avenida Conde da Boa Vista, naquela ocasião muito explorada pelos meios de comunicação, a avaliação da política de transportes não se mostrou significativa. Ou seja, mesmo quando seria razoável esperar que a oposição ganhasse e a situação perdesse com isso, essa variável nada importou naquele momento. Ela não apresenta significância estatística.

A Tabela 3 traz os dados do Barômetro 6 realizado no mês de julho de 2008. Trata-se, portanto, de pesquisa realizada com o quadro da disputa eleitoral iniciada e bem definida em termos de candidatos. Os resultados, entretanto, não são assim tão diferentes. A variável de apoio a João Paulo continua se mostrando bastante relevante na escolha pelo governo. Nessa rodada, um aumento do apoio João Paulo corresponde multiplicar a odds por 1,98, ou seja um acréscimo de 98%. Isso significa um aumento da preferência por João Paulo torna duas vezes mais provável o voto no governo. Note-se que a mesma variável é significativa e de valor negativo para o voto na oposição. Um aumento do apoio João Paulo corresponde multiplicar a odds por 0,726, ou seja um decréscimo de 27,3% na odds.

A “novidade” fica por conta da variável Lula, que tem certo impacto em favor do voto no governo. Com significância inferior a 5%, um aumento do apoio à Lula corresponde multiplicar a odds por 1,44, ou seja um acréscimo de 44,2%. Em suma, cada acréscimo no apoio a Lula torna 1,44 vezes mais provável o voto no governo se o eleitor apóia Lula.

Foram testadas aqui duas novas variáveis de políticas públicas. O bolsa família, como programa de maior impacto do governo Lula e a variável segurança pública, esta última baseada no quadro crítico da segurança no Estado. Nem uma nem outra apresentou relevância. Entretanto a interpretação aqui exige cuidados.

No que diz respeito ao bolsa família, estamos interpretando esse dado como resultado do posicionamento favorável de “todos” os candidatos (sem exceção) com relação ao programa do governo federal. Interpretamos que, sabendo de seu peso eleitoral, de um modo geral o bolsa família foi tratado como uma espécie de “vaca sagrada” por todos os candidatos. O programa só recebeu elogios. Mais que isto, todos os candidatos apontavam para o compromisso de ampliar o programa caso fossem eleitos. Na rodada seguinte, Tabela 4, veremos que o bolsa família passou a contar a favor do governo. Isso depois do início do guia eleitoral, que certamente ajudou o eleitor a rememorar o vínculo do programa com o governo Lula e, conseqüentemente,

a associação do programa com o conjunto de forças e empenhadas na eleição do candidato do governo.

TABELA 3
Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelo de regressão multinomial logística com dados do Barômetro 6 (julho de 2008)

		B	Sig.	Exp(B)
Governo	<i>Intercept</i>	-4,165	,000	
	Administração Lula	,366	,034	1,442
	Administração Eduardo Campos	,026	,865	1,027
	Administração João Paulo	,685	,000	1,984
	Bolsa Família	-,030	,589	,971
	Segurança Pública	,200	,128	1,221
	Ideologia	-,013	,647	,987
		B	Sig.	Exp(B)
Oposição	<i>Intercept</i>	-1,588	,046	
	Administração Lula	,207	,114	1,229
	Administração Eduardo Campos	,063	,631	1,065
	Administração João Paulo	-,320	,009	,726
	Bolsa Família	,023	,614	1,023
	Segurança Pública	,091	,452	1,095
	Ideologia	,079	,001	1,082

* n= 472

** Pseudo R² = ,188 (Cox and Snell)

***Variável dependente: voto (governo; oposição; não definido) Categoria de referência: não definido.

Fonte: IPESPE

Já no caso da segurança pública, o que se nota é que o discurso foi praticamente uníssono, à exceção de Raul Henry, que na reta final da campanha explorou mais fortemente o assunto. De um modo geral, quase todos os candidatos chamaram a atenção para o fato de que a segurança pública não está entre as atribuições do prefeito. Embora o discurso não tenha negado que o prefeito pode, e deve, colaborar com essa área, o eleitor parece ter percebido bem essa idéia. Ou seja, considerando que os números da violência em Recife são desastrosos, esperava-se que isso pudesse ser revertido em favor da oposição, o que não aconteceu.

A variável ideologia continua contribuindo e mostrando sua relevância no modelo. Aqui, mais uma vez, os dados são consistentes. Tanto para o governo quanto para a oposição ela se mostra significativa. O sinal da correlação também se mostra coerente mais uma vez, positivo para quem vota na oposição, o que significa que o voto da oposição é ideologicamente mais de direita, e negativo para quem vota no governo, mostrando que os eleitores do governo se autoposicionam mais à esquerda na escala ideológica.

Quanto ao apoio de João Paulo, a Tabela 4 confirma a consistência dos dados das pesquisas e da análise anteriores. Com pequenas alterações na estatística $\text{Exp}(B)$, que variou quanto ao seu peso na determinação do voto, de um modo geral os resultados são os mesmos. Ou seja, continua determinante a força da variável João Paulo, entretanto, agora com força um pouco menor. Se analisarmos toda a série, veremos que a razão de chance do eleitor que avalia bem João Paulo votar no candidato do governo caiu. Mas o número aqui ainda é bastante significativo. Um aumento do apoio de João Paulo corresponde multiplicar a odds por 1,08, ou seja um acréscimo de 8,7%. Isso significa que um aumento na aprovação de João Paulo torna 1,08 vezes mais provável o voto no governo. Esse número já foi de 3,20 no barômetro 5, entretanto esse resultado não deve ser interpretado simplesmente como queda da força do prefeito, mas, sobretudo pelo efeito campanha. Como efeito campanha aqui estamos considerando a presença mais acentuada no final de Lula e Eduardo Campos no processo eleitoral.

De maneira complementar, como efeito campanha, podemos considerar também o bom desempenho do candidato João da Costa no processo eleitoral. Ao longo da campanha o candidato teve a oportunidade de sair da condição de desconhecido para um candidato conhecido. Na aferição dos Barômetros quanto ao grau de conhecimento do eleitor e a rejeição para cada candidato, o desempenho de João da Costa chamou a atenção. No Barômetro 6, em julho, 40% dos eleitores afirmavam que não votariam de jeito nenhum em João da Costa e 14% afirmavam que não o conheciam o suficiente. Um mês depois, no barômetro 7, em agosto, os números da rejeição eram 27% e apenas 2% dos eleitores afirmavam que não o conheciam o suficiente. É bom registrar que esses números, rejeição e conhecimento do eleitor, se mantiveram estáveis para todos os outros candidatos, menos para João da Costa, que foi o único que reverteu significativamente sua rejeição durante toda a série³.

³ Os dados da rejeição e de todos os outros aspectos analisados durante a campanha podem ser encontrados com mais detalhes nos relatórios apresentados pelo NEPPU (Núcleo de Estudos em Opinião e Políticas Públicas) do Programa de Pós-Graduação

TABELA 4

Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelo de regressão multinomial logística com dados do Barômetro 7 (agosto de 2008).

		B	Sig.	Exp(B)
Governo	<i>Intercept</i>	-3,529	,000	
	Administração Lula	,024	,110	1,025
	Administração Eduardo Campos	,008	,544	1,008
	Administração João Paulo	,083	,000	1,087
	Bolsa Família	,098	,024	1,103
	Violência	-,026	,790	,974
	Ideologia	-,481	,045	,618
		B	Sig.	Exp(B)
Oposição	<i>Intercept</i>	-1,185	,137	
	Administração Lula	,010	,480	1,010
	Administração Eduardo Campos	-,009	,463	,991
	Administração João Paulo	-,002	,865	,998
	Bolsa Família	,015	,712	1,015
	Violência	,095	,345	1,100
	Ideologia	,819	,000	2,268

* n= 648

** Pseudo R² = ,256 (Cox and Snell)

***Variável dependente: voto (governo; oposição; não definido). Categoria de referência: não definido.

Fonte: IPESPE

Como já havíamos anunciado, o bolsa família também tem peso. Um aumento no apoio na variável bolsa família corresponde multiplicar a odds por 1,103, ou seja um acréscimo de 10,3% na odds. Ou seja, é 1,1 vezes mais provável o voto no governo para quem apóia o bolsa família. O programa, que até então ajudava a todos, agora passa a influenciar o voto no governo.

Em suma, a boa avaliação do governo João Paulo, o bolsa família e a ideologia se mostraram os mais significativos determinantes de voto no governo. Quanto à força do presidente Lula, que apareceu nos modelos anteriores e agora não aparece, é provável que ela esteja em interação com o

em Ciência Política da UFPE. Os relatórios estão disponíveis no site do Programa (www.politica.ufpe.br), seção de downloads.

bolsa família e até mesmo com a variável João Paulo, por serem do mesmo partido. Mas o fato de estar o Presidente com cerca de 80% de aprovação e não aparecer como variável determinante acaba por contrariar boa parte das análises pós-eleitorais veiculadas na mídia. Ou seja, o Presidente não tem tanta força assim numa eleição local. Em outras palavras, não há uma transferência líquida muito significativa de votos do Presidente para os seus candidatos a prefeito. O apoio dos líderes locais, a ideologia e o bolsa família, esses sim, foram os elementos decisivos.

No que diz respeito ao apoio dos líderes locais, surge uma dúvida. Se os líderes locais têm tanta força assim, então o apoio de Eduardo Campos não deveria ser decisivo? Na nossa opinião isso deveria realmente acontecer, mas dois fatores nos ajudam a explicar porque o apoio do governador não aparece como significativo nos modelos. O primeiro é que durante o processo eleitoral a postura do governador foi dúbia, pelo menos no início da campanha. De início o candidato Cadoca se apresentava como candidato de Lula e Eduardo Campos e o governador não se posicionou da saída. É bom lembrar que em julho o candidato Cadoca tinha 19% das preferências do eleitor (ver gráfico 1).

O segundo ponto relevante é que das três lideranças mais significativas testadas aqui o governador era o que tinha os menores índices de aprovação da sua administração. Enquanto Lula chegou a ter em seu pico máximo 70% (agosto) e João Paulo 65% (agosto), o governador teve como pico máximo 46% (agosto). Em caráter complementar, é bom registrar que esses 46% são já o sinal de uma recuperação, pois seu índice em julho foi de 42%. Certamente a crise da saúde ocorrida nesse período teve impacto na sua popularidade, o que ajudou a inibir sua força na determinação do voto. Mesmo assim, o governador sempre esteve com saldo positivo em sua aprovação, o que faz dele um excelente aliado em qualquer disputa. Ainda que não tenha tido mesmo desempenho do Presidente e do Prefeito João Paulo.

Nossa análise até aqui esteve centrada numa dicotomia que, de certa forma, generaliza os resultados e torna a análise um tanto quanto superficial. Afinal, a escolha de um candidato guarda nuances bem mais complexas do que simplesmente fazer uma escolha plebiscitária entre governo e oposição. Na seção seguinte procuramos analisar o impacto dessas mesmas variáveis para os principais candidatos na disputa. Fazemos isto na esperança de diminuir a incerteza e os prejuízos da análise, evitando o atropelo exagerado das diferenças.

Os principais candidatos e as escolhas do eleitor

A tabela 5 mostra, com dados de maio de 2008, um quadro parecido com o apresentado na regressão multinomial para governo e oposição. Nela a variável João Paulo e a variável ideologia aparecem com bastante força. Entretanto, a análise por candidato nos mostra algo mais. Em primeiro lugar nos mostra que um aumento na aprovação de João Paulo implica num decréscimo de 22% na chance do eleitor de votar em Mendonça (significância a menos de 6%). Ao mesmo tempo, como já vimos anteriormente, a chance do eleitor votar em João da Costa, se ele aprova a gestão de João Paulo, cresce 2,8 vezes (significância menos de 1%). Mendonça aparece como uma espécie de “negativo fotográfico” de João da Costa. Ou seja, o eleitor identificou Mendonça desde o primeiro momento como o opositor por excelência de João da Costa e de João Paulo.

Há, ainda, um dado novo nesta tabela. Trata-se da relevância da variável avaliação do governo Eduardo Campos para o voto em Cadoca. Como já apontamos na seção anterior, Cadoca se posicionou no processo político eleitoral como candidato de Lula e Eduardo Campos, e contou com o apoio (ainda que silencioso) do governador. Esse “apoio” pode ser inferido do não posicionamento claro do governador no início da campanha. Nesse momento da pesquisa a chance do eleitor que avalia bem Eduardo Campos escolher Cadoca aumentava em 2,01 vezes (significância de menos de 1%).

Vale observar que no momento seguinte da campanha, em julho de 2008 (Tabela 6), o quadro com relação ao apoio do governador não muda. Muito embora a razão de chance caia significativamente para 1,38 (significância de menos de 1%). Essa situação só vai sofrer modificação significativa em agosto, no final da campanha, como veremos.

TABELA 5

Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelos de regressão logística, para os principais candidatos na disputa, com dados do Barômetro 5 (maio de 2008).

	João da Costa			Mendonça			Raul Henry			Cadoca		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
<i>Constant</i>	-6,05	,000	,002	-,569	,183	,566	-1,22	,081	,293	-2,21	,000	,110
Adm. Lula	,523	,076	1,687	-,118	,448	,889	-,349	,200	,705	-,245	,154	,783
Adm. Eduardo	,131	,537	1,140	,234	,104	1,263	,293	,271	1,341	,698	,000	2,011
Adm. João Paulo	1,058	,000	2,881	-,249	,058	,780	,059	,810	1,060	-,084	,556	,920
Meio Ambiente	,092	,432	1,096	,006	,943	1,006	-,230	,140	,794	,070	,445	1,073
Gestão												
Transporte	-,010	,917	,990	,105	,117	1,111	-,060	,620	,941	,047	,516	1,048
s												
Ideologia	-,012	,010	,988	-,569	,183	,566	-,005	,278	,995	,005	,047	1,005
			N= 524 (52,4%) R ² = ,112 (Cox & Snell)			N= 603 (60,3%) R ² = ,014 (Cox & Snell)			N = 503 (50,3%) R ² = ,013 (Cox & Snell)			N = 621 (62,1%) R ² = ,039 (Cox & Snell)

Fonte: IPESPE

A variável ideologia, como se viu nos demais modelos, continua consistente e cada vez mais presente. Chama a atenção os sinais das correlações que guardam absoluta coerência com o autopoicionamento do eleitor na escala ideológica. O sinal negativo para a esquerda e o positivo para a direita, como já explicamos.

A tabela 6 mostra um dado novo muito significativo. É que deste momento em diante a variável aprovação da gestão de João Paulo passa a ser significativa para todos os candidatos mais importantes. Como era de se esperar, ela é positiva para João da Costa (2,16 e significância de menos de 1%) e negativa para Mendonça e todos os demais. Trata-se de um momento de definição eleitoral e da entrada efetiva do prefeito na campanha.

Da mesma forma, a variável ideologia aparece significativa para todos os candidatos, menos para Cadoca. Estamos interpretando esse dado de duas formas. Primeiro que isto é fruto da definição mais clara do quadro de candidatos e do efetivo início da campanha eleitoral. Segundo, e aqui

especialmente com relação ao candidato Cadoca, somente ele não consegue aparecer para o eleitor com uma visão clara do seu posicionamento ideológico. Em que pese estarmos falando de ideologia, no âmbito desse trabalho, como atalho para a informação do eleitor, e não no sentido mais tradicional do termo.

TABELA 6

Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelos de regressão logística, para os principais candidatos na disputa, com dados do Barômetro 6 (julho de 2008).

	João da Costa			Mendonça			Raul Henry			Cadoca		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
<i>Constant</i>	-3,05	,000	,047	-1,59	,037	,204	-3,35	,042	,035	-3,47	,000	,031
Adm. Lula	,227	,126	1,255	,037	,769	1,037	,040	,873	1,041	,104	,503	1,110
Adm. Eduardo	,006	,961	1,006	-,168	,163	,845	,147	,558	1,158	,326	,037	1,386
Adm. João Paulo	,770	,000	2,161	-,295	,006	,745	-,603	,004	,547	-,324	,011	,724
Bolsa Família	,030	,523	,971	,088	,049	1,092	-,110	,160	,896	,025	,638	1,025
Segurança Pública	,113	,278	1,120	-,038	,731	,962	,001	,996	1,001	,060	,618	1,062
Ideologia	-,077	,001	,926	,054	,013	1,056	,092	,070	1,096	,042	,103	1,043
			N= 485 (48,5%) R ² = ,142 (Cox & Snell)			N= 486 (48,6%) R ² = ,050 (Cox & Snell)			N = 481 (48,1%) R ² = ,038 (Cox & Snell)			N = 486 (48,6%) R ² = ,025 (Cox & Snell)

Fonte: IPESPE

Por fim, como era de se esperar e como já comentamos anteriormente, vemos uma diminuição da força da variável governo de Eduardo Campo na razão de chance de 2,01 para 1,38 vezes na intenção de votos em Cadoca, muito embora ainda apareça significativa a menos de 5%.

Definição

Na tabela 7 estão os achados mais significativos do nosso estudo. Há mudanças significativas em vários aspectos. O primeiro, e que chama mais atenção, é que a variável Eduardo Campos deixa de ter força para a escolha por Cadoca. Vários dados nos ajudam a interpretar a situação. Primeiro é a queda de Cadoca nas pesquisas, segundo a entrada do governador esclarecendo sua posição na campanha e o terceiro é o fato do governador, nesse momento, estar enfrentando uma queda, ainda que discreta, na sua popularidade. Analisando toda a trajetória parece muito claro que a estratégia do candidato Cadoca de se apresentar como candidato do presidente e do governador, como alternativa a João da Costa, não funcionou. O posicionamento do candidato não foi recepcionado pelo eleitor e esse é, provavelmente, o principal motivo que fez com que o candidato terminasse a campanha com apenas 4% do eleitorado, quando, a pouco menos de um ano, tinha cerca de 25% deste mesmo eleitorado.

Ainda com relação ao governador, note-se que ele agora aparece, embora de forma muito discreta (pouco menos de 3% e significância menor que 5%) como um fator negativo para Mendonça. Provavelmente esta influência negativa se dá porque o eleitor está rememorando a última campanha eleitoral e está, provavelmente, informado pela última disputa entre essas duas lideranças pelo governo do Estado em 2006.

Um outro achado interessante é que nesse momento a percepção da violência se mostrou um fator relevante para a escolha do voto em Raul Henry. A chance de votar em Raul Henry aumenta em 1,63 vezes (significância de menos de 2%) à medida que o eleitor tem uma percepção acentuada do aumento da violência em Recife. Este é um dado importante porque Raul Henry foi o candidato que mudou mais significativamente os rumos de sua campanha durante o processo eleitoral. A estratégia baseada no forte apelo ao problema da violência, em especial do meio para o fim da campanha, provavelmente garantiram que ele saísse de um quarto lugar com apenas 5% (em julho) para chegar ao momento da eleição em terceiro lugar na preferência dos recifenses, com incríveis 15%. Isso significa triplicar a intenção de votos em pouco menos de dois meses, o que não parece nada trivial de explicar.

Em caráter complementar, defendemos que não se pode ignorar que esse crescimento de Raul Henry pode estar associado ao fato mais relevante de toda a campanha, a condenação do candidato João da Costa pela Justiça Eleitoral⁴. Muito embora muitos analistas insistam em afirmar que aquele fato

⁴ Aqui nos referimos ao processo na justiça eleitoral da denuncia do uso da máquina administrativa da Secretaria de Educação por parte do PT. João da Costa recorreu da

pouco ou nada influenciou no voto, nós aqui temos na avaliação um pouco diferente. Defendemos que o fato de não ter mudado o resultado da eleição não quer dizer que o fato não tenha causado impacto na opinião pública. Defendemos isto porque nos parece bastante claro que aquele fato congelou o resultado eleitoral do Candidato João da Costa, que tinha 48% em agosto e chegou ao dia da eleição com 46% (ver gráfico 1). Pode-se, obviamente, argumentar que essa variação está dentro da margem de erro, mas consideramos pouco lógica essa defesa, pois o que se espera é que os candidatos melhor posicionados tenham um melhor desempenho na reta final. Conhecido pelo senso comum como voto útil, esse comportamento comumente se interpreta como a tendência do eleitor indeciso em votar nos primeiros colocados para não “perder o voto”. Não custa lembrar que foi exatamente o candidato Raul Henry que fez o discurso mais duro contra o candidato João da Costa naquela ocasião, explorando bastante o fato.

TABELA 7

Determinantes do voto para prefeito do Recife, modelos de regressão logística, para os principais candidatos na disputa, com dados do Barômetro 7 (agosto de 2008).

	João da Costa			Mendonça			Raul Henry			Cadoca		
	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
<i>Constant</i>	-3,438	,000	,032	-,532	,459	,588	-5,197	,001	,006	-3,588	,002	,028
Adm. Lula	,017	,180	1,017	-,015	,222	,985	,037	,147	1,037	-,003	,859	,997
Adm. Eduardo	,013	,202	1,013	-,025	,016	,975	,022	,314	1,022	,021	,217	1,021
Adm. João Paulo	,085	,000	1,089	-,028	,010	,972	-,066	,002	,936	-,025	,144	,976
Bolsa Família	,091	,012	1,095	-,032	,399	,969	-,119	,089	,888	,060	,344	1,061
Percepção da violência	-,083	,287	,920	,027	,762	1,027	,491	,016	1,635	,112	,410	1,118
Ideologia	-1,008	,000	,365	1,184	,000	3,268	,519	,219	1,681	,289	,348	1,334
	N= 649 (64,9%) R ² = ,238 (Cox & Snell)			N= 649 (64,9%) R ² = ,125 (Cox & Snell)			N = 649 (64,9%) R ² = ,033 (Cox & Snell)			N = 649 (64,9%) R ² = ,009 (Cox & Snell)		

Fonte: IPESPE

decisão, assumiu *subjudice*, e posteriormente a justiça reformou a decisão absolvendo-o e confirmando seu mandato de prefeito.

Por outro lado, nossa tese sobre a relevância desse fato eleitoral se justifica também porque nesse momento a variável bolsa família passou a fazer parte dos fatores que influenciaram o voto. Isso significa que o beneficiário disto, como era de se esperar, foi o candidato João da Costa. Ou seja, mesmo tendo o reforço do bolsa família a seu favor (que aumentou a chance do eleitor votar nele em 1,09 vezes e com significância de menos de 5%) ele caiu na intenção de votos.

Por fim, quanto ao apoio de João Paulo, mais uma vez aqui a força do prefeito parece clara e dispensa maiores explicações. Os números são incontestáveis e a análise aqui é a mesma realizada anteriormente. O apoio de João Paulo foi o fator determinante do voto na eleição de 2008. Em que pese a força da variável ideologia, como, aliás, ao longo de todo estudo, tenha se mostrado bastante consistente, e, em que pese a ajuda do Bolsa Família, não resta qualquer dúvida que dos fatores aqui analisados foi efetivamente o apoio do prefeito do Recife o fiel da balança.

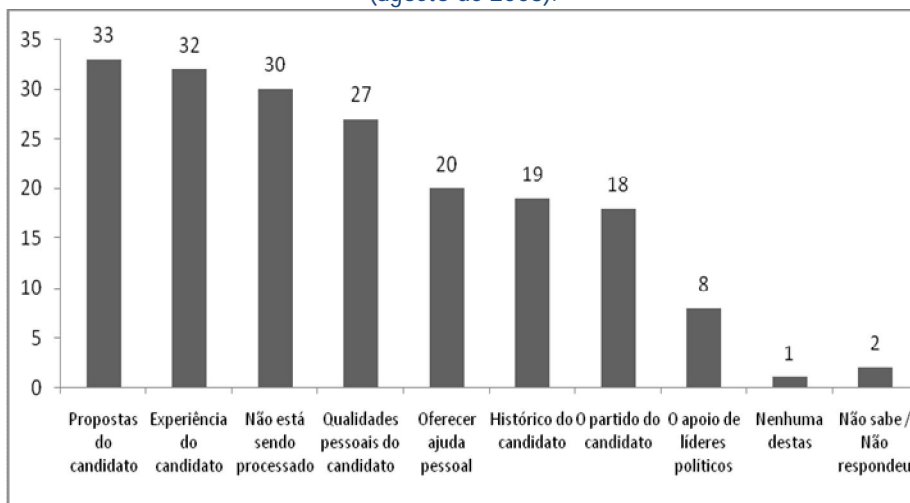
Racionalidade, miopia e ideologia

Na expectativa de lançar luz sobre os determinantes do voto, o Barômetro 7 (agosto de 2008) levou às ruas uma pergunta direta ao eleitor. A questão foi: *na hora de escolher o seu candidato a prefeito do Recife, que aspectos o(a) Sr(a) acha mais importante levar em consideração?* Foi mostrado um cartão com as alternativas e solicitado ao respondente que enumerasse, em 1º lugar? em 2º lugar? e em 3º lugar?

O gráfico 2 nos sugere, num primeiro olhar, que as respostas apresentadas não apóiam as nossas conclusões. Na nossa análise estatística, defendemos que o apoio político de outros líderes e a ideologia são os fatores determinantes do voto. Nesse sentido, para confirmar nossa tese, as respostas que poderiam mais diretamente se aproximar da nossa conclusão seriam as respostas o *histórico do candidato (família, grupo político ao qual faz parte, etc.)* e/ou o *apoio de líderes políticos*. Acontece que essas duas respostas estão longe de ser as mais significativas.

Gráfico 2

Aspectos mais importantes levados em consideração na hora de escolher um candidato a prefeito do Recife, pesquisa estimulada, dados do Barômetro 7 (agosto de 2008).



Obs.: os valores somam mais de 100% porque as respostas são múltiplas para o mesmo respondente. Estão contabilizadas aqui apenas as alternativas apresentadas em primeiro lugar.

N= 1000

Fonte: IPESPE

Surge, então, uma pergunta: *como explicar essa contradição entre a opinião apresentada na resposta direta dada pelo eleitor e a interpretação que apresentamos para os determinantes do voto?*

Como já foi dito, optamos aqui por uma vertente que está apoiada na Teoria da Escolha Racional. Como já vimos também, esta teoria é fortemente influenciada pelos estudos de Downs (1957) e assume como postulado que os indivíduos *agem intencional e estrategicamente de forma a maximizar os ganhos que podem obter*. Em poucas palavras: uma ação racional, orientada a um fim e que busca maximizar seus ganhos. Segundo essa teoria, então, o processo de decisão do voto segue o seguinte modelo: votar racionalmente implica em adquirir informações, avaliá-las, dispor as opções eleitorais possíveis segundo uma ordem de preferências e escolher a que oferece maior benefício. Dessa forma, o voto assume um caráter instrumental no sentido de que eleitores optam pelo partido e/ou candidato que possuem maior chance de oferecer benefícios, sejam de ordem social ou econômica. Nesse sentido, avaliar as *propostas* e a *experiência* dos candidatos seria a estratégia mais óbvia para obter a informação necessária a orientar racionalmente o voto em

benefício próprio. Estas são, precisamente, as alternativas consideradas mais importantes pelos respondentes (gráfico 2). Até aí nenhum problema.

O problema é que as análises que realizamos do impacto da avaliação de políticas públicas específicas na intenção de voto, em todos os momentos do barômetro, mostraram que a avaliação sobre políticas específicas e em áreas determinadas pouco ou nada dizem sobre o voto. À exceção do bolsa família, que tem caráter distributivo direto e forte apelo imediato, nem a gestão dos transportes, nem a gestão do meio ambiente, nem a gestão da segurança se mostraram promissoras para predizer o voto.

Nossa interpretação aqui para esse “paradoxo”, é que não há como o eleitor julgar e escolher o candidato pelas suas propostas específicas, ou seja, pelo que ele apresenta como solução ou promessa. Isso quer dizer que muito embora o eleitor diga que deseja isso, como mostra o gráfico 2, e em que pese o fato da maioria dos candidatos ter se esforçado para fazer esse tipo de discurso no processo eleitoral esse discurso não vinga. Nossa interpretação é que a assimetria e o custo da informação tornam esse procedimento proibitivo para o eleitor. Assim, talvez seja mais realista e racional acreditar que a ideologia e o apoio político de uma liderança forte e experimentada, fatores que apontamos como relevantes na nossa análise, sirvam de atalho para a escolha do eleitor.

Tal formulação não é, obviamente, original, visto que a própria teoria da escolha racional assume que a ideologia, nesse modelo, pode funcionar como uma forma econômica de obter informação sobre os candidatos e sobre os partidos. Na verdade, estamos encontrando apoio na teoria para tentar elucidar um mecanismo que dispensaria o eleitor de acompanhar, pelo menos minuciosamente, as opiniões dos candidatos e dos partidos para se informar de suas propostas em cada eleição⁵. Assim, a decisão por um candidato se daria, digamos, por atacado, e não no varejo da informação.

É importante notar que não estamos defendendo aqui ideologia numa perspectiva da teoria sociológica. Segundo a qual a ideologia refletiria interesses de classe. Muito menos estamos aqui defendendo uma perspectiva psicológica para a explicação do voto, ou seja, que o eleitor pode expressar no voto orientações de ordem afetiva, tais como simpatia e outras identidades que possam associá-lo às qualidades pessoais do candidato. Optamos, no limite, por um modelo puramente racional onde ideologia e avaliação retrospectiva nada mais são do que uma forma econômica de obter informação sobre os partidos e os candidatos.

⁵ Não é preciso nenhuma investigação mais profunda para notar claramente que os programas eleitorais são cada vez menos capazes de despertar o interesse do eleitor e de fazê-lo acompanhar as propostas e o debate eleitoral.

Portanto, nos parece justificável defender a tese de que a escolha do candidato traz um certo grau de miopia por parte do eleitor. Ou seja, sem enxergar bem a longas distâncias, pois lhes falta informação e previsibilidade, o eleitor vota informado pela crença de que estará dando continuidade a algo que, pelo menos no atacado, lhe parece conveniente e racional escolher. Assim, além da ideologia, a avaliação retrospectiva, baseada no desempenho do governante que está no posto é, em última análise, uma fonte barata de informação. Nesse sentido, o fato do candidato ter o apoio de governantes bem avaliados e de se posicionar “ideologicamente” de maneira clara e de tal forma que possa baixar o custo da informação para ao seu eleitor nos parece uma estratégia bastante eficiente. Pelo que indicam os dados, essa foi a estratégia da qual se aproveitou melhor o candidato do governo.

Conclusões

A análise estatística apontou como fatores determinantes do voto a *ideologia* e o *apoio dos líderes políticos* na eleição para prefeito. Mostrou, ainda, contrariando expectativas, que a força do presidente foi muito limitada. De certa forma, esse resultado levanta uma séria dúvida sobre as tentativas de generalização que procuram afirmar que há uma taxa de transferência de uma boa quantidade de votos do presidente para os candidatos a prefeito.

Do ponto de vista teórico, entre os achados da pesquisa estão a influência do bolsa família como política com força eleitoral, ao mesmo tempo em que afasta-se a interpretação de que os eleitores votam orientados por uma visão clara das realizações do governo e das propostas apresentadas pelo candidato. O eleitor vota no atacado e não no varejo.

Por fim, o estudo conclui que a avaliação retrospectiva é generalista, ao mesmo tempo em que a avaliação prospectiva é míope. Nesse sentido, as análises sugerem que *ideologia* e *apoio político* são um atalho para conseguir informação barata. Ou, em outras palavras, referências generalistas que diminuem consideravelmente os custos da ação coletiva e da coleta de informação para justificar o voto.

Referências

ANDRADE, Adriana Oliveira (2006). *Aplicação de um modelo logístico multinomial no estudo da decisão do voto*. Dissertação de Mestrado – IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística / ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

BOX-STEFFEINSMEIER, KIMBALL, MEINKE and TATE (2003)

CASTRO, Mônica M. M. “Determinantes do Comportamento Eleitoral. A Centralidade da Sofisticação Política”. Tese de Doutorado. IUPERJ. 1994.

DOWNS, Anthony. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York, Harper and Collins.

FIGUEIREDO, Marcus. (1991). *A Decisão do Voto*. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS.

KNUKEY, Jonathan (2007) Moral values and vote choice in the 2004 U.S. presidential election, in *Politics and policy*, vol. 35, n. 2 pp 222-245

REIS, Fábio Wanderley. (1988). “Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS/Vértice, n. 6, vol. 3, 26-38.

SARTORI, Giovanni. (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro. Zahar Editora.

SINGER, André. (1990). “Collor na Periferia: a Volta por cima do Populismo?”. In, Bolívar Lamounier (org.) *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*. Suamré/IDESP.